Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 40.132, de 23 de maio de 1962, conforme autorizado pela Lei nº 5.918, de 18 de outubro de 1960. É uma Fundação com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo, com sua sede na Capital do Estado de São Paulo.

Os recursos da Fundação são:

- Destinação mínima de 1% (um por cento) da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (parágrafo único do artigo nº 271 da Constituição do Estado de São Paulo);

- Rendas de seu patrimônio, saldos de exercícios, doações, legados, transferências governamentais e não governamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Critérios de Elaboração em observância aos dispositivos normativos:

As demonstrações contábeis são compostas pelos balanços patrimoniais, financeiros, demonstrações das variações patrimoniais, balanço orçamentário, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de fornecer informações úteis aos usuários internos e externos para tomada de decisão.

Os dispositivos legais utilizados foram:

Lei complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; Lei nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das três esferas de governo; Disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela Fundação na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, em especial à Norma Brasileira Aplicada ao Setor Público – NBCTSP - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, de 23/09/2016, Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877, de 18/12/2018 (8ª Edição do MCASP);

2.2 – DOS EFEITOS DA PANDEMIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesse momento, a produção científica é crucial para melhor compreender a doença e seus efeitos e buscar soluções. Pesquisadores e cientistas de São Paulo financiados pela FAPESP, aliados a uma boa coordenação governamental, estão se mobilizando para não só estimar os efeitos da pandemia, quanto os impactos econômicos e sociais dessa doença sobre a saúde da população. A FAPESP, está investindo pesadamente nas pesquisas, na ciência e tecnologia frente à pandemia.

A FAPESP não possui risco de não continuidade de suas operações em um futuro previsível (NBC TG 26), os efeitos econômicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia não influenciaram os valores justos e recuperáveis de ativos (NBC TG 01 e NBC TG 46). Os impactos gerados nos instrumentos financeiros não foram sentidos, em razão da não utilização dos recursos financeiros, motivado pela queda dos investimentos em bolsas no país e no exterior e do desenvolvimento das pesquisas científicas nas Universidades, Institutos de Pesquisas e do Setor Privado, que em 2020 foi de R$ 978.293 mil e em 2021 no valor de R$ 1.026.489 mil resultando num acréscimo de R$ 48.196 mil que em termos percentuais representa 4,97%. A FAPESP, como agência de fomento, na data de levantamento das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não demanda ajustes, pois a maior parte das operações impactadas, não foi em consequência da epidemia, mas em razão do resultado das medidas para contê-la.

2.3 – DA GESTÃO E RISCOS DO FUNDO EXCLUSIVO DE RENDA FIXA DA FAPESP

A FAPESP mantém um fundo exclusivo de renda fixa como único cotista, junto a BB Gestão de Recursos – DTVM, controlada do Banco do Brasil S/A. é líder nacional de fundos de investimento, com patrimônio superior a R$ 1,4 trilhão, conforme publicação em novembro de 2021, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Atende dessa forma o artigo 7º da Lei nº 62.867/2017, que centraliza as aplicações financeiras no BB, bem como o Acordo Base de Parceria Institucional firmado nos termos do Decreto nº 60.244, de 14 de março de 2014. O gerenciamento do Fundo é feito pela Gerência Financeira da FAPESP e a administração é de responsabilidade da Distribuidora de Títulos e Valores – BB DTVM. Todos os processos passam pelos comitês da BB DTVM, desde a análise de riscos, avaliação, da adoção das boas práticas de governança corporativa, complaince, permitindo a segregação em momentos de estresse do mercado, traçando cenários e estratégias da conjuntura econômica, de forma independente e autônoma.

As atividades do Fundo são auditadas pelo Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, por meio de Auditoria Especializada em mercado financeiro, com o firme propósito de relatar e concluir sobre a eficácia das ações dos gestores no gerenciamento dos riscos, além do Fundo ser submetido às verificações de auditores externos, quanto aos procedimentos contábeis e de controles internos. Atualmente, a KPMG e a Deloitte são responsáveis pela auditoria independente na BB – DTVM.

Composição da Carteira do Fundo Exclusive RF 11 – FAPESP

Títulos	Valores em Reais	Vencimento	Risco	Condição
Operações Compromissadas	932.597.622	Diário	Baixo	Disponível
Aplicações Financeiras Temporárias	171.151.062	Curto Prazo	Baixo	Não Equiv. de Caixa
Aplicações Financeiras Investimentos	444.244.223	Longo Prazo	Médio	Não Equiv. de Caixa
Total	1.547.992.907			

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com as orientações constantes na Parte I, que trata dos procedimentos contábeis orçamentários e da Parte V, que trata da Elaboração do Balanço Orçamentário, contidas na 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2019; e com a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 19 de junho de 2015.

3.1.- Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Despesas

Movimentação das Alterações Orçamentárias	Fonte de Recursos (Origem)	Valores em Reais	Dispositivo Legal
Crédito Inicial	Todas as Fontes	1.175.641.722	Lei 17.309/20
(+) Suplementação por Superávit Financeiro Tesouro	001	454.685.364	Dec.65.488/21
(-) Redução Orçamentária Tesouro	001	(19.000.724)	Dec.65.488/21
(+) Suplementação por Superávit Financeiro - Tesouro	001	220.000.000	Lei 4.320/64-art 43
(+) Suplementação por Superávit Financeiro Recursos Próprios	004	24.701.899	Lei 4.320/64-art 43
(+) Suplementação por Superávit Financeiro Recursos Vinculados	005	20.700.000	Lei 4.320/64-art 43
(=) Dotação Atualizada		1.876.728.261	

3.2.- Do Resultado Orçamentário

Componentes	Valores em Reais
Receita Realizada	91.327.446
(-) Despesa Empenhada	(1.522.198.367)
(=) Resultado Orçamentário	(1.430.870.921)

O déficit orçamentário verificado na execução orçamentária no valor de R$ 1.430.870.921, deve-se ao fato do repasse obrigatório, por determinação constitucional (artigo nº 271, da Constituição do Estado de São Paulo) não ser considerado como receita orçamentária, para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000. A Portaria nº 339/2001 – MF/STN estabelece o tratamento orçamentário e financeiro para os agentes que executam despesas orçamentárias e não são agentes arrecadadores.

No exercício de 2021, o repasse financeiro do Governo do Estado foi da ordem de R$ 1.693.258.504, para cobertura das despesas executadas na fonte tesouro.

3.3.- Dos limites de Gastos Correntes Realizados

Por força de sua lei de criação (Lei nº 5.918/1960), as despesas com administração, inclusive despesas com pessoal, não podem ultrapassar 5% (cinco por cento) do orçamento da Fundação.

Apresentamos quadro demonstrativo abaixo:

Componentes	Valores em Reais
Total do orçamento autorizado	1.876.728.261
5% do orçamento autorizado	93.836.413
(=) Limite de Gasto Orçamentário Autorizado	93.836.413
Despesa de Pessoal e Encargos Sociais	56.343.684
(+) Outras Despesas Correntes	23.212.717
(=) Total de Gasto Orçamentário Realizado	79.556.401
Limite de Gasto Orçamentário Autorizado (5%)	93.836.413
(-) Total de Gasto Orçamentário Realizado (4,24%)	79.556.401
(=) Economia Orçamentária	14.280.012

3.4.- Dos Anexos de Execução dos Restos a Pagar

São destacadas ainda, a apresentação dos Anexos 1 e 2 que são os demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e os processados referentes aos exercícios findos em exercícios anteriores, com as respectivas execuções no exercício de 2021, a seguir:

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2021 – ANEXO 1-Em Reais

Saldo de Exercícios Anterior (es)	**59.762.606**
(-) Valores transferidos para Processados e pagos em 2021	(14.207.302)
(+) Valores incorporados do exercício de 2020	6.724.447
(-) Valores cancelados em 2021	(9.823.283)
(=) Saldo em 31/12/2021	**42.456.468**

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EM 2021 – ANEXO 2-Em Reais

Saldo de Exercícios Anterior (es)	**364.918.171**
(-) Valores pagos em 2021	(210.899.796)
(-) Desreconhecimento da Inscrição dos Restos a Pagar 2020	**(154.018.374)**
(=) Saldo em 31/12/2021	**-.-**

3.4.1.- Da Inscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados do Exercício de 2021

O valor inscrito em Restos a Pagar Processados do exercício de 2021, foi extraído do saldo das contas de Fornecedores, Encargos Sociais a Recolher, Salários a Pagar, Bolsas e Auxílios a Pagar e Contribuições a Recolher no montante de R$ 60.729 mil.

O valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados no valor de R$ 558.760 mil, decorrentes de Bolsas, Auxílios à Pesquisa, Obras e Materiais Permanentes, cuja competência é do exercício findo, os quais estarão vigentes até o fim do exercício subsequente, em conformidade com o art. 48, da Lei 17.286/20.

3.5.- Plano de Implantação de Verbas de Amparo como Investimentos

A Secretaria de Planejamento e Gestão, a pedido da FAPESP, cria a natureza de despesa de capital com auxílio financeiro a pesquisadores para aquisição de bens permanentes (4.4.90.20), por meio da Portaria CO nº 7, de 15/09/2015, alterada em 06/12/2017 pela Portaria CO nº 14, de 06/12/2017.

A FAPESP por meio da Portaria PR nº 18/2017 introduziu nova sistemática para identificar as aquisições de bens permanentes pelos pesquisadores, criando um CNPJ próprio para uso exclusivo dos pesquisadores no momento da aquisição desses bens.

A FAPESP firmou convênio com a SEFAZ/SP, capturando todas as NF-e nas compras nacionais via webservice on-line.

Em relação às aquisições no exterior, são extraídas do Siscomex as compras com base nas Declarações de Importação – DI, considerando a NCM/SH, segregando os bens permanentes e custo de aquisição do bem adquirido igual ou superior a R$ 1.2 mil reais (Lei nº 12.973/2014).

- A execução orçamentária com aquisição de bens permanentes para pesquisas, no presente exercício, foi de R$ 163.643 mil, representando 9,32 % do total dos recursos orçamentários com bolsas e auxílios à pesquisa que é de R$ 1.756.671 mil.

4. BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, nos termos do artigo 103, da Lei nº 4.320/64 e práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição, e a Resolução NBC TSP 11, de 11 de outubro de 2018.

4.1.-Dos Restos a Pagar Processados e Não Processados

Consideramos como Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2021, distinguindo as processadas das não processadas, atendendo o artigo nº 36 da Lei nº 4320/64. Os valores inscritos como restos a pagar processados atingiram o montante de R$ 60.729 mil e, como restos a pagar não processados o valor de R$ 558.760 mil.

4.2.-Do Resultado Financeiro

Evidencia o confronto entre os ingressos e os dispêndios orçamentários, por destinação de recursos, associados as movimentações extraorçamentárias. Utilizamos o conceito de receita orçamentária ordinária para as receitas próprias e as decorrentes das transferências financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender às despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro, possuindo características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atender a qualquer finalidade; e como vinculada, a receita arrecadada com destinação específica estabelecida nos termos do artigo 8º e 50 da Lei Complementar 101/2000, tornando-se em instrumento de garantia de recursos à execução da despesa. Na execução orçamentária e financeira temos as transferências do Governo Federal e de Instituições Não Governamentais, em forma de convênios.

- O resultado financeiro do exercício de 2021 apresentou um encaixe na ordem de R$ 42.043 mil, comparado ao exercício de 2020 que foi de R$ 345.862 mil, houve uma diminuição de R$ 303.819 mil, ocasionado pela reclassificação das aplicações financeiras não consideradas como equivalentes de caixa.

- No exercício de 2021, o repasse financeiro do Governo do Estado foi da ordem de R$ 1.693.258 mil, para cobertura das despesas executadas na fonte tesouro, portanto, um acréscimo de R$ 287.888 mil.

- Nos recebimentos extraorçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como, consignações em folha, cauções, e atendendo o disposto no § único do artigo nº 103 da Lei nº 4.320/64, estão computados os restos a pagar do exercício na receita extraorçamentária.

- Nos pagamentos extraorçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como, devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercício (s) anterior (es) e pagos no exercício e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro, bem como a transferência das aplicações financeiras não consideradas equivalentes de caixa.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apresentação da demonstração reflete as alterações quantitativas e qualitativas dos elementos patrimoniais, ocasionados pelas atividades estatutárias da Fundação.

Estão evidenciadas as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, com base no regime de competência, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada.

Imputamos como variações qualitativas as despesas de capital, com a aplicação em investimentos e inversões financeiras no âmbito da FAPESP, no valor de R$ 4.609 mil.

5.1.- Do Resultado Econômico

O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresenta um superávit econômico de R$ 637.454 mil.

Quadro demonstrativo

Em Reais

DESCRIÇÃO	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.783.789.844	1.473.785.941
Variações Patrimoniais Diminutivas	-1.146.335.549	-1.112.642.561
Resultado do Exercício	637.454.295	361.143.380

5.2.-Fatores relevantes que impactaram nas Variações Patrimoniais Quantitativas

5.2.1- Da Remuneração das Aplicações Financeiras

Do valor de R$ 21.899 mil no exercício de 2020 para R$ 62.274 mil no exercício de 2021, portanto, uma variação positiva de R$ 40.375 mil e, em termos percentuais um ganho de 184,37%. O fator primordial que impactou no acréscimo dos rendimentos foram:

a) A elevação da taxa básica da economia que serve como referência nos investimentos (Taxa Selic), em patamares históricos, impactando a conjuntura econômica e,

b) O aumento do volume do repasse financeiro do Tesouro do Governo do Estado de São Paulo em R$ 287.888 mil.

5.2.2- Da Concessão de Bolsas e Auxílios à Pesquisa

Aumento da despesa em 2021, no valor de R$ 34.903 mil, passando de R$ 978.293 mil em 2020 para R$ 1.013.196 mil em 2021, crescendo em termos percentuais 3,57%, em parte provocada ainda pela pandemia e pela retomada parcial dos Institutos de Pesquisas e Universidades.

5.2.3- Do Repasse Financeiro Obrigatório por Lei

No exercício de 2020 foi de R$ 1.405.370 mil e no exercício de 2021 no montante de R$ 1.693.258 mil. Houve, portanto, aumento nominal de R$ 287.888 mil no exercício e em termos percentuais a elevação em 20,48%, em decorrência do aumento da arrecadação do Governo do Estado.

5.2.4- Do Recurso de Transferências Governamentais e Não Governamentais

Redução das transferências voluntárias do Governo Federal e um aumento significativo dos recursos de convênios com as entidades não governamentais. No exercício o recurso federal foi de R$ 1.100 mil, enquanto que os recursos com entidades não governamentais foi de R$ 20.556 mil, totalizando R$ 21.656 mil de entradas de recursos vinculados.

5.2.5 – Dos Bens de Pesquisa

As incorporações concernentes aos Termos de Cessão de Uso do exercício de 2021, foi de R$ 4.912 mil e as baixas no valor de R$ 1.224 mil, adicionados ao saldo de 2020, no valor de R$ 156.708 mil, culminou com o saldo em 31/12/2021 no montante de R$ 160.396 mil.

5.2.6 – Da Conta Redutora dos Bens de Pesquisa

Esta conta foi criada para expressar as desvalorizações por obsolescência tecnológica, ação da natureza, pelo uso e demais fatores, dos bens em poder dos cessionários. O valor amortizado do exercício de 2021em R$ 13.148 mil, deduzido dos ajustes no valor de R$ 953 mil, adicionados ao saldo de 2020, no valor de R$ 125.870 mil, culminou com o saldo em 31/12/2021 no montante de R$ 138.065 mil.

5.2.7- Das Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

O valor que era em 2020 de R$ 89.623 mil sofreu um aumento de R$ 882 mil, perfazendo o total em 2021 de R$ 90.505 mil. O acréscimo se deve ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, pela incorporação de direitos dos funcionários e dos reflexos nos equilíbrios financeiros de contratos dos benefícios concedidos pela Fundação.

5.2.8 - Do aumento da receita arrecadada do exercício de 2021

Crescimento da Receita Própria, devido à alta da remuneração das aplicações financeiras, mesmo com o recolhimento aos cofres públicos do tesouro paulista de parte da receita da FAPESP para cumprimento da Emenda Constitucional nº 93/2016 – DREM, que trata da Desvinculação das Receitas de Estados e Municípios. A obrigatoriedade pela transferência foi estabelecida e disciplinada pela Portaria Conjunta CAF-CO-1, de 03/04/2018.

A base utilizada pela Secretaria da Fazenda foi, as Receitas Correntes, com exceção da conta de Aplicações Financeiras, para não haver dualidade. As Receitas da FAPESP representam recursos ordinários, ou seja, livres, não havendo vinculação legal ou constitucional.

5.2.9 – Do Resultado Econômico do exercício de 2021

Houve um aumento significativo em 2021, considerando que em 2020 foi de R$ 361.143 mil e em 2021 R$ 637.454 mil, suscitando um aumento de R$ 276.310 mil, em termos percentuais um aumento de 77%, motivado pela alta das taxas de juros do mercado financeiro e pelos aportes do Governo do Estado de São Paulo.

5.3.- Fator que impactou nas Variações Patrimoniais Qualitativas

Apresenta uma redução de R$ 4.581 mil nas aquisições de bens tangíveis e intangíveis em relação ao exercício de 2020, que era de R$ 9.190 mil em 2020, passando em 2021, no valor de R$ 4.609 mil.

6. BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A FAPESP introduziu práticas contábeis convergentes com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 04/10/2016, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª Edição) e as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC 00 a 15 editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Apresentamos o Balanço Patrimonial de forma sintética para atendimento do artigo nº 105 da Lei nº 4.320/64, contemplando os grupos de contas do ativo e passivo financeiro, ativo e passivo não financeiro, saldo patrimonial e demonstrativo do superávit financeiro.

O impacto relevante foi: Reclassificação das Aplicações Financeiras, consideradas não equivalentes de caixa, que estavam registradas como Disponibilidades em contas de aplicações financeiras de curto e longo prazo, atendendo as NBC TSP nº 12 e 32, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC que tratam dos fluxos de caixa e o CPC nº 03.

E o reconhecimento das despesas provisionadas no passivo, em contrapartida ao diferimento no ativo, de forma compensatória, não afetando o resultado do exercício, referente aos Auxílios à Pesquisa cuja competência futura é de 31/12/2022.

6.1.- Quadros demonstrativos conforme Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público e das Normas do Direito Financeiro.

Leis 10.638/2007 e 11.941/2009

Em Reais

ATIVO		
	2021	**2020**
CIRCULANTE	1.678.965.423	1.469.048.284
NÃO-CIRCULANTE	532.363.532	95.501.017
TOTAL DO ATIVO	2.211.328.955	1.564.549.301

Em Reais

PASSIVO		
	2021	**2020**
CIRCULANTE	675.793.473	666.655.877
NÃO-CIRCULANTE	476.576	422.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.535.058.906	897.470.892
TOTAL DO PASSIVO	2.211.328.955	1.564.549.301

LEI 4.320/1964 – ART 105

Em Reais

	ATIVO	
	2021	2020
FINANCEIRO	1.205.207.856	1.163.226.259
NÃO FINANCEIRO	1.006.121.099	401.323.042
TOTAL DO ATIVO	2.211.328.955	1.564.549.301

Em Reais

	PASSIVO	
	2021	2020
FINANCEIRO	664.362.735	433.205.840
NÃO FINANCEIRO	570.667.764	300.359.624
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	976.298.456	830.983.837
TOTAL DO PASSIVO	2.211.328.955	1.564.549.301

6.2.- Do Superávit Financeiro

Evidenciação do excesso de recursos financeiros que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, constante do Balanço Patrimonial nos ativos e passivos financeiros do exercício anterior.

Quadro demonstrativo

Em Reais

SUPERÁVIT FINANCEIRO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	2021	2020
Ativo Financeiro	1.205.207.856	1.163.226.259
Passivo Financeiro	664.362.735	433.490.324
(=) Superávit Financeiro	**540.845.120**	**729.735.935**
Destinação de Recursos		
Ordinário	237.462.762	437.593.171
Vinculado	303.382.358	292.142.763
TOTAL	**540.845.120**	**729.735.935**

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP junto aos usuários da informação contábil, e considerando as normas aplicáveis ao Setor Público, foi elaborado o referido demonstrativo, contendo as seguintes características:

- Pelo método direto (caixa) considerado ideal para o setor público, com base nos dados fornecidos pela área financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 – Recursos próprios e fonte 5 – Recursos vinculados do Governo Federal) e das transferências financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 – Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

- Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria nº 42/99 (Federal), em especial a funcional 19 – Ciência e Tecnologia.

- A evidenciação dos fluxos de caixa permite uma visão geral da situação das finanças da Fundação, possibilitando se efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa e dos equivalentes de caixa.

7.1.- Atividades operacionais

A variação positiva de caixa líquido das atividades operacionais, no exercício de 2021, no valor de R$ 821.264 mil, foi influenciada significativamente pelos seguintes fatores:

- Aumento nominal das Transferências Financeiras do Governo do Estado, no montante de R$ 287.888 mil,

- Redução das Transferências de Convênios do Governo Federal, no montante de R$ 1.681mil, e

- Retenção de recursos financeiros para pagamentos de restos a pagar processados em 2021 no valor de 558.760 mil.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em Reais

Exercícios	2021	2020
Ingressos	1.800.730.548	1.459.348.961
Desembolsos	(979.465.790)	(879.730.292)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	**821.264.758**	**579.618.668**

7.2.- Atividades de investimentos

A variação negativa de caixa líquido das atividades de investimentos no exercício de 2021, reflete os recursos destinados ao pagamento de bens permanentes incorporados à FAPESP no valor de R$ 182 mil e das transferências das aplicações não consideradas equivalentes de caixa, para as contas de aplicações financeiras de curto e longo prazo, conforme demonstrativo do fundo exclusivo RF 11 – administrado pela BB DTVM, no valor de R$ 615.395 mil e R$ 163.643 mil com aquisição de bens de pesquisa.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Em Reais

Exercícios	2021	2020
Ingressos	-	-
Desembolsos	779.221.085	233.755.738
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	**(779.221.085)**	**(233.755.738)**

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 29 de abril de 2022 às 05:02:26